

4.

A Comunidade de Itambi: potencialidades e perspectivas de um território em transmutação

A comunidade de caranguejeiros de Itambi, localizada nos mangues da APA de Guapimirim, será transferida para um conjunto habitacional, o qual está inserido em um projeto do PAC do município de Itaboraí, às margens da BR- 493, futura via do Arco Metropolitano.

Ao mesmo tempo, a instalação de um pólo petroquímico na região, o COMPERJ, certamente ocasionará futuros danos nos mangues da APA de Guapimirim, a partir das interpretações dos documentos e de entrevistas de/com gestores do IBAMA e ICMBio analisados no capítulo anterior, que possivelmente interferirão nos modos de vida e sobrevivência dessa comunidade. A comunidade passa assim por um processo de perda de seu lugar de vida, afetividade, convivência e sobrevivência.

Como já se afirmou nesse trabalho, a partir da Constituição de 1988, a escala local da política nacional ganhou novas atribuições e a partir de exigências da sociedade em busca de direitos da cidadania, essa escala pode ganhar maior visibilidade. Contudo, como se observou no capítulo anterior, o processo de organização do território, o projeto de desenvolvimento via COMPERJ, assim como outras políticas que estão sendo implementadas hoje no município de Itaboraí em virtude e/ou em consequência da entrada do pólo petroquímico, são escolhas que revelam muito mais interesses nacionais do que condizem com as potencialidades locais (CASTRO, 2005).

Acredita-se assim, baseando-se em Castro (2005), que seja ainda necessária a inversão de certos valores e que se acrescentem outros no debate sobre município, já que atualmente, preferencialmente tem-se o “recorte espacial da informação estatística (...) útil para as análises setorializadas da atividade econômica, das finanças e da sociedade”. Contudo, ineficaz para revelar sobre o próprio município como objeto de conhecimento e as condições diferenciadas tanto nacionais, como até mesmo locais (p.136).

Esse capítulo analisará então as políticas públicas que atualmente impactam o território de vida da Comunidade Itambi – a saída da comunidade dos mangues

e a entrada do COMPERJ do município. Em outras palavras, analisaremos a *des-re-territorialização*⁷¹ da Comunidade de Itambi, que ultrapassa a perda do território em sua dimensão material, buscando-se considerar outras racionalidades a partir das perspectivas, desejos e necessidades da população comunitária, grupo diretamente atingido pelas políticas públicas de desenvolvimento em andamento no município de Itaboraí. Tais políticas estão focadas, ao mesmo tempo, como estratégias de proteção ambiental e como possibilidade de “desenvolvimento” associada à transformação da base técnico-produtiva da indústria moderna.

Diferentes motivos são apontados para a saída da Comunidade de Itambi dos mangues tanto pelos gestores do Conjunto Habitacional do PAC e das Unidades de Conservação envolvidas, como pelos próprios moradores da comunidade. Verifica-se a ideia de qualidade de vida nos diferentes discursos, mas buscar-se-á compreender tal concepção a partir dos valores da própria comunidade ao mesmo tempo em que se verificarão as contradições dessa concepção nos demais discursos.

A partir de Souza (2000a), dessa maneira, entende-se a defesa da autonomia como um princípio básico⁷². Dessa forma, compreende-se que o caminho democraticamente mais legítimo na busca de mais justiça social e de melhor qualidade de vida seja quando os próprios indivíduos e grupos sociais envolvidos definem seus conteúdos concretos e estabelecem prioridades referentes a estes (p.79).

Seguindo o raciocínio do autor supracitado, esse capítulo não visa então, fazer um receituário ou um esquema pretensamente universal, já que somente o debate sobre a realidade entre os caranguejeiros de Itambi tem a capacidade e responsabilidade de orientar na intervenção sobre o real (p.85). Procura-se aqui propor e alertar para as contradições e riscos embutidos nas políticas feitas por outros grupos que não sejam os diretamente envolvidos nestas, assim como perceber a transparência dessas políticas públicas que envolvem os moradores da Comunidade de Itambi e se essas contribuirão para uma melhor qualidade de vida e mais justiça social para essa população.

⁷¹ Entende *des-re-territorialização* a partir de Haesbaert (2004), abordada no capítulo 1 desta dissertação.

⁷² Grifos do autor Souza (2004).

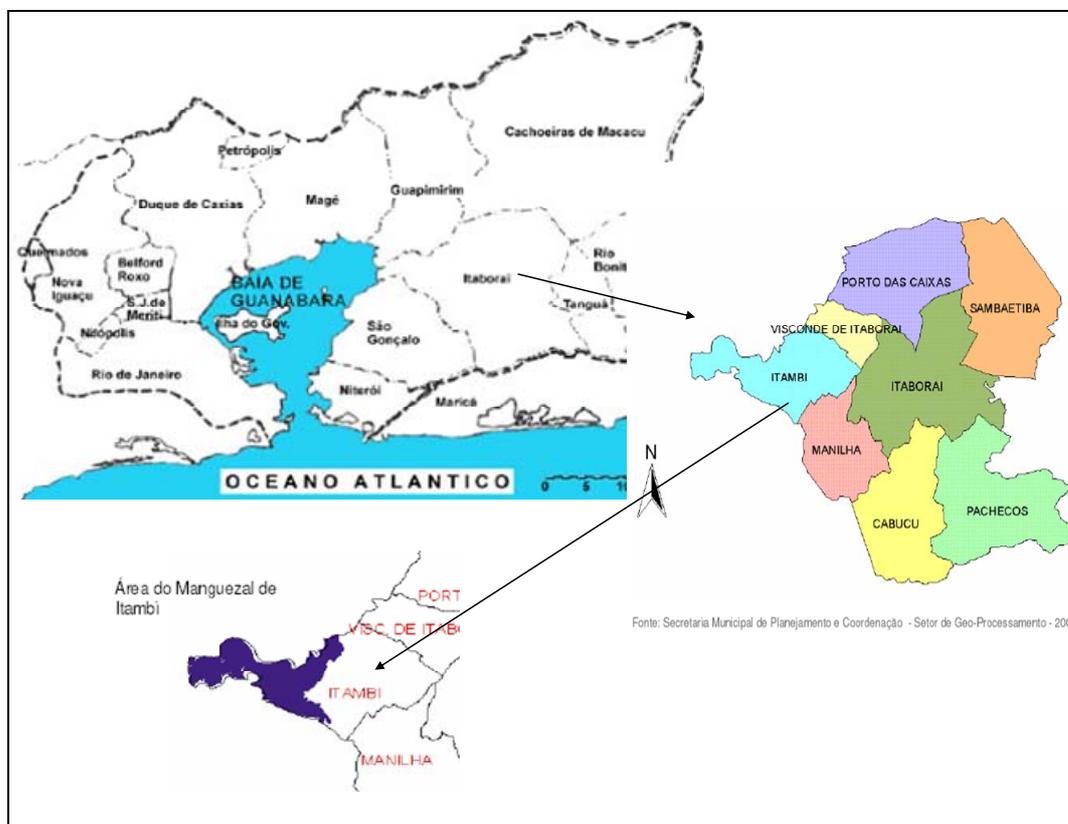
Primeiramente, torna-se necessário apresentar a Comunidade de Itambi e sua relação com o território em que ainda se localiza. Posteriormente, verificar-se-á o local para onde a comunidade será re-territorializada, os motivos dessa mudança, a opinião dos moradores de como vem sendo o processo (a *des-re-territorialização* de uma maneira geral), para então buscarmos as resistências, alternativas, estratégias de luta e sobrevivência, partindo de uma outra racionalidade: a da comunidade em questão.

4.1.

A Comunidade de Itambi

A comunidade de caranguejeiros está localizada em Itambi, distrito do município de Itaboraí, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro, na parte leste da Baía de Guanabara. Itambi é a única área do município que tem ligação com a baía, localizando-se no chamado “Recôncavo da Guanabara” (figura 5).

Figura 5: Representação esquemática do distrito de Itambi e da área do Manguezal de Itambi



Fonte: Adaptado PREFEITURA DE SÃO GONÇALO / PREFEITURA DE ITABORAÍ (2007).

Uma importante característica do distrito é a presença de manguezais, ecossistemas que representam uma área de transição entre o ambiente marinho e terrestre. O manguezal de Itambi localiza-se na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim. A comunidade extrai recursos do manguezal para sua subsistência e tem seus modos de vida relacionados com esse ambiente.

Os habitantes da Comunidade de Itambi, localizados especificamente na chamada Bacia, são, predominantemente, catadores de caranguejo, e vivem em casas próprias, muito simples, em ruas não asfaltadas (figura 6), de onde são vistos os barcos normalmente parados à beira do rio, por detrás das casas (figura 7). O local se caracteriza por um ambiente familiar, em que todos se conhecem e vários possuem algum parentesco, de modo que eles ajudam uns aos outros. Os poucos que têm barco a motor saem com os que não possuem, normalmente em quatro pessoas e “(..) eles mesmos que são os mecânicos do motor também, são todos unidos” (Moradora J., 11/02/2010). Os catadores de Itambi saem para a catação entre as 6 e 7 horas da manhã e retornam por volta das 5 horas da tarde, realizando a captura dos caranguejos em horários da baixa-mar (Caranguejeiro A.O, 20/12/2007).

Figura 6: Rua de terra na entrada da vila (à direita, as casas e ao fundo, um campo de futebol)



Fonte: Arquivo Pessoal (27/07/2007)

Figura 7: Foto realizada durante a entrevista com A. O. Casa do A.O. localizada à direita. À esquerda, o barco utilizado para a coleta atracado



Fonte: Arquivo Pessoal (20/12/2007).

A maioria dos catadores são homens e as mulheres realizam os afazeres domésticos. No local há uma deficiente infraestrutura; todavia, os entrevistados caracterizam a região como calma e tranqüila, “aqui nós temos paz” (Caranguejeiro S., 27/07/2007). A tranqüilidade e a segurança local são sempre ressaltadas nas falas dos moradores:

(...) aqui a gente fica até tarde, todo mundo conversando, (...) a gente tem segurança, aqui é praticamente é uma família, um toma conta da casa do outro assim, não tem caso aqui de ninguém for assaltado aqui dentro, não teve roubo na casa de ninguém (Morador J., 16/09/2009).

Os caranguejeiros também não saem de suas casas para a venda do caranguejo ou do pescado, sendo a comercialização realizada na própria Bacia.

(...) pessoal entra aqui dentro, o pessoal vende caranguejo aqui dentro, vem gente de tudo que é lugar pra comprar caranguejo aqui dentro, larga o carro aqui, entra lá pra dentro, vai comprar caranguejo, volta, o carro tá aberto do mesmo jeito que deixou, não acontece nada (...) ninguém sai daqui para lugar nenhum pra vender um caranguejo, vendo o caranguejo aqui, ali na frente, ali na pracinha, não vai pra Niterói, não vai pra São Gonçalo, vende aqui, o pessoal de São Gonçalo, de Niterói, do Rio, de Magé, vem tudo pra cá comprar caranguejo, porque o nosso caranguejo é o melhor que tem, é o maior e o melhor, vem todo mundo aqui

comprar, esse menino da casa de caranguejos lá das Charitas, Floriano, vem aqui comprar caranguejo do nosso mangue pra levar para casa deles comer, a gente não sai daqui pra poder vender, os garotos não saem daqui pra vender peixe, pra poder caranguejo, eles vendem dentro de casa, ninguém sai daqui pra vender nada (Moradora J., 11/02/2010).

No fim da rua, há um estabelecimento comercial. Observa-se, em frente a esse estabelecimento, a partir das observações nas diversas visitas realizadas durante essa pesquisa e pela fala dos próprios moradores, um local de encontro tanto dos moradores como de pessoas de outras localidades que vão para a Bacia comprar caranguejo. As pessoas ficam debaixo de uma grande mangueira comendo caranguejo e consumindo bebidas do estabelecimento comercial.

(...) você senta aqui *oh*, adora essa árvore, todo mundo que vem aqui fica apaixonado, come caranguejo aqui de baixo, bebe, vai , fala que vai voltar mais vezes e volta, nada, melhor lugar que tem é aqui, tem até um colega da gente que mora lá em Visconde que fala 'é aqui que o pobre vive, debaixo dessa mangueira, bebendo uma cerveja, comendo um caranguejo' (Moradora J.A., 11/02/2010).

Além da mangueira (figura 8) verificam-se nos quintais dos moradores plantações de abacate, laranja, goiaba, manga, banana, milho e aipim, assim como criações de pato, galinha e porco.

Figura 8: Estabelecimento comercial (no fundo da figura) e alguns moradores sentados em sua frente debaixo de uma grande mangueira.



Fonte: Arquivo Pessoal (13/10/2008)

Em seus horários de lazer, os moradores da comunidade se encontram frequentemente na rua, onde as mulheres normalmente ficam em frente de suas casas conversando uma com as outras e cuidando dos seus filhos e dos filhos de outras moradoras que não estão presentes. As crianças normalmente estão brincando, principalmente no campo de futebol. Outro ponto também destacado nas falas dos moradores, principalmente pelas mulheres, é o campeonato de futebol que ocorre uma vez por ano no local e que, segundo elas, é freqüentado por pessoas de toda a região para participar e assistir.

Em outro trabalho⁷³, em 2008, verificou-se o sentimento de apropriação e identificação com os mangues nas falas de alguns habitantes da comunidade. Percebeu-se que os caranguejeiros de Itambi possuem um vasto conhecimento da biologia dos caranguejos, identificam os principais problemas dos manguezais e entendem profundamente as modificações e transformações do ambiente ao longo dos anos, já que o trabalho dos caranguejeiros, além de ser diário, é herança de gerações anteriores, o que faz com que eles recebam, assim, conhecimento do ambiente passado (MOYSÉS, 2008).

Além disso, os catadores relacionam diretamente a preservação desse ecossistema com a conservação de suas atividades e acreditam contribuir para a manutenção desse sistema. Compreende-se assim que a manutenção dos habitantes da Comunidade de Itambi nos mangues é de fundamental importância para a conservação desse ambiente, bem como o fato de a sobrevivência dessa comunidade de catadores depender da conservação dos manguezais (ibidem).

Entretanto, além da instalação do COMPERJ e os seus previsíveis impactos negativos nos manguezais, já abordados nessa dissertação, essa comunidade sairá do território que vive atualmente para um conjunto habitacional juntamente com

⁷³ Trabalho de monografia da Faculdade de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), orientada pelo sociólogo Gian Mario Giuliani do IFCS- UFRJ. A distância existente entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos populares foi a preocupação que norteou o trabalho. A partir dos conhecimentos dessa população, discutiu-se o ciclo de vida do caranguejo e as influências naturais e antrópicas que interferem nesse animal e, conseqüentemente, nas condições de vida desses caranguejeiros. Com isso, ao entender a importância da participação da Comunidade de Itambi nos planos de manejo local e em estudos, tais como a época mais apropriada para o Defeso e instrumentos utilizados na captura mais adequados para preservação desse ambiente, percebeu-se a peculiaridade dos conhecimentos culturais dessa população para a conservação desse ecossistema, assim como o fato de a preservação desse ambiente ser fundamental para a manutenção dessa comunidade (MOYSÉS, 2008).

outras famílias residentes na rua Levi Barroso e Vila do Campo, afastando-a dos mangues e dos rios pela Rodovia BR-493 RJ.

4.2.

A saída da Comunidade de Itambi dos mangues da APA de Guapimirim: algumas considerações

A *des-re-territorialização* (HAESBAERT, 2004) da Comunidade de Itambi é interpretada de maneira distinta entre os diferentes agentes envolvidos nesse processo, assim como são apontados diferentes motivos referentes à saída da comunidade do território ocupado atualmente.

Nesse momento da pesquisa, apresentar-se-á então o projeto do PAC, no qual está incluído o conjunto habitacional para onde os habitantes da comunidade serão deslocados, e as opiniões tanto dos gestores do PAC envolvidos nesse projeto, dos gestores das Unidades de Conservação envolvidas (APA de Guapimirim e ESEC da Guanabara), assim como a interpretação da própria Comunidade de Itambi.

Na figura 9, pode-se observar a área em que ocupam as três comunidades (Bacia, Rua Levi Barroso e Vila do Campo)⁷⁴ que serão deslocadas. Também podem ser visualizadas as margens da Rodovia BR 493 RJ, que será duplicada, e um segmento do Arco Rodoviário. A Vila do Campo, como destacam os gestores do PAC e os habitantes da Comunidade de Itambi, é marcada pelo tráfico de drogas.

⁷⁴ É importante ressaltar aqui, para evitar confusões, que a quem o trabalho se refere como Comunidade de Itambi, o projeto que inclui o Conjunto Habitacional do PAC do Município de Itaboraí, se refere a essa comunidade, como Comunidade da Bacia (como o local é reconhecido dentro de Itambi e área que está inserida dentro da APA de Guapimirim), já que a rua Levi Barroso e a Vila do Campo também se encontram dentro do distrito de Itambi. Esse trabalho optou pela denominação de Comunidade de Itambi, devido a comunidade de caranguejeiros de Itambi já ser assim referenciada em outros trabalhos (ALBUQUERQUE, A.L., 2002; BOTELHO, 2003; MOYSÉS, 2008; PANDEFF, 2009; HERRERA, no prelo), pelo filme *Guapimirim*, de Telêmaco Montenegro, por documentos (PLANO DE MANEJO DA APA DE GUAPIMIRIM, 2001; GIULIANI *et al.*, 2005), em grupos de pesquisa (“Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social”-LATTES, CNPq, UFRJ; GeTERJ- PUC-RJ) e comumente reconhecida entre os membros dos conselhos gestores do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (MMACF) e da APA de Guapimirim e ESEC da Guanabara (CONAPAGUAPI), dentro dos quais possuem representantes da comunidade.

Figura 9: Imagem de satélite da área em estudo (trecho do Município de Itaboraí, Rio de Janeiro)



Fonte: Apresentação do PAC [2008?]

Segundo uma apresentação do PAC do município de Itaboraí⁷⁵, o projeto conta com a remoção de 256 famílias de “áreas insalubres e/ou perigosas” e o reassentamento delas em um conjunto habitacional dotado de infraestrutura, posto de saúde e creche. Além disso, no local em que ainda habitam e no novo local haverá abastecimento de água, drenagem e rede de esgotamento sanitário, estação de tratamento de esgoto, centro comunitário, pavimentação, ciclovia e áreas de lazer (figuras 10, 11, 12).

Esse projeto é mais detalhadamente explicado no Memorial Descritivo de Intervenções - PAC⁷⁶, o qual, como o próprio nome diz, tem como objetivo descrever as intervenções urbanas:

- 1) Infraestrutura Urbana com implantação de sistema de esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e recuperação ambiental no Centro Velho de Itambi, com retirada de famílias nas favelas existentes as margens do Canal Tambicu (Bacia)/

⁷⁵ Em formato de *Power Point*, que me foi enviada pelo o arquiteto e urbanista do Conjunto Habitacional do PAC.

⁷⁶ Esse memorial, por sua vez, me foi entregue pelo chefe da APA de Guapimirim.

Córrego dos Padres e Rua Levi Barroso, bem como famílias adensadas inapropriadamente na favela da Vila do Campo.

2) Reassentamento em Jardim Itambi, das famílias retiradas das áreas mencionadas acima, próximo também ao Centro Velho de Itambi, onde será implantado Conjunto Residencial para 256 famílias e também haverá uma readequação da infra-estrutura urbana com a implantação de sistema de esgotamento sanitário, drenagem e sistema de abastecimento de água. Sendo que estas intervenções também atenderão a população instalada no entorno.

3) Com a instalação de equipamentos comunitários como posto de saúde e creche, não só as áreas acima mencionadas serão beneficiadas como também todas as comunidades do entorno, algo entre 1.800 a 2.000 famílias. Será implantado ainda um centro comunitário que ajudará na qualificação e geração de renda para os pescadores e catadores de caranguejo.

4) As intervenções acima visam à requalificação espacial e reestruturação urbana (exceto abastecimento de água, uma vez que a área já é atendida pela CEDAE) do Centro Velho de Itambi. Após a retirada das famílias da Bacia e Rua Levi Barroso será realizada uma recuperação ambiental, não permitindo que estas ou quaisquer outras famílias ocupem tal área

Figura 10: Imagem de satélite com as intervenções previstas pelo projeto do PAC de esgoto e drenagem (trecho do Município de Itaboraí, Rio de Janeiro)



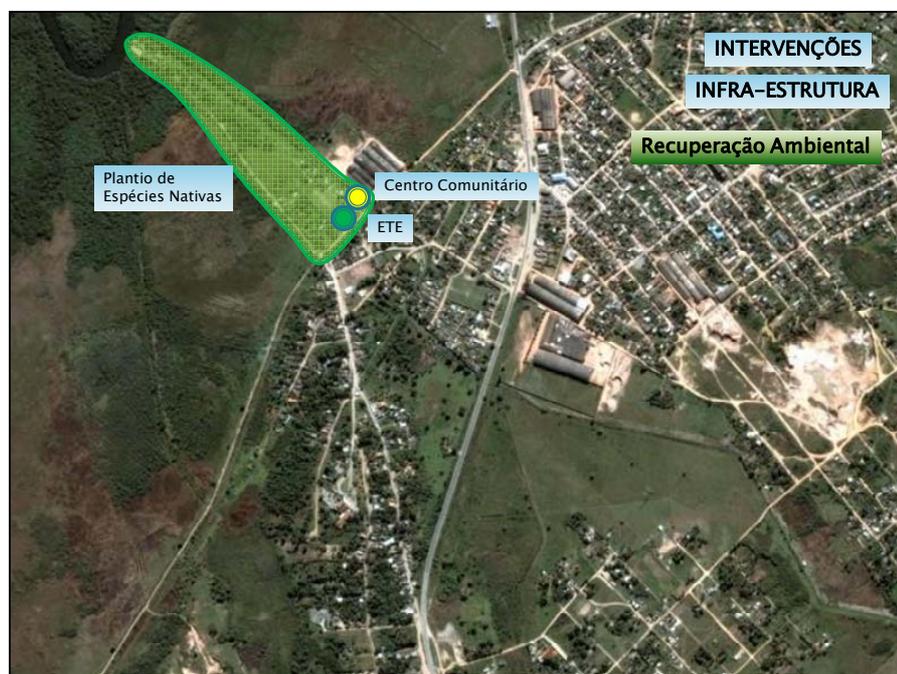
Fonte: Apresentação do PAC do Município de Itaboraí [2008?]

Figura 11: Imagem de satélite com as intervenções previstas pelo projeto do PAC de pavimentação (trecho do Município de Itaboraí, Rio de Janeiro)



Fonte: Apresentação do PAC do Município de Itaboraí [2008?]

Figura 12: Imagem de satélite na qual se visualiza o local onde será realizada a recuperação ambiental e que está sendo construído o centro comunitário (área da Bacia, Município de Itaboraí, Rio de Janeiro)



Fonte: Apresentação do PAC do Município de Itaboraí [2008?]

Segundo o Arquiteto e Urbanista do PAC, as famílias que serão reassentadas nesse conjunto habitacional receberão um documento de Seção de

Uso para fins de moradia, o qual substitui a escritura, mas não permite que essas pessoas vendam seus imóveis. Na figura 13, podemos visualizar a maquete do conjunto habitacional. Os apartamentos ficam de frente para a BR 493 e por detrás se observa, no centro, a creche; à esquerda se localiza o posto de saúde e à direita uma área de lazer que inclui um campo de futebol.

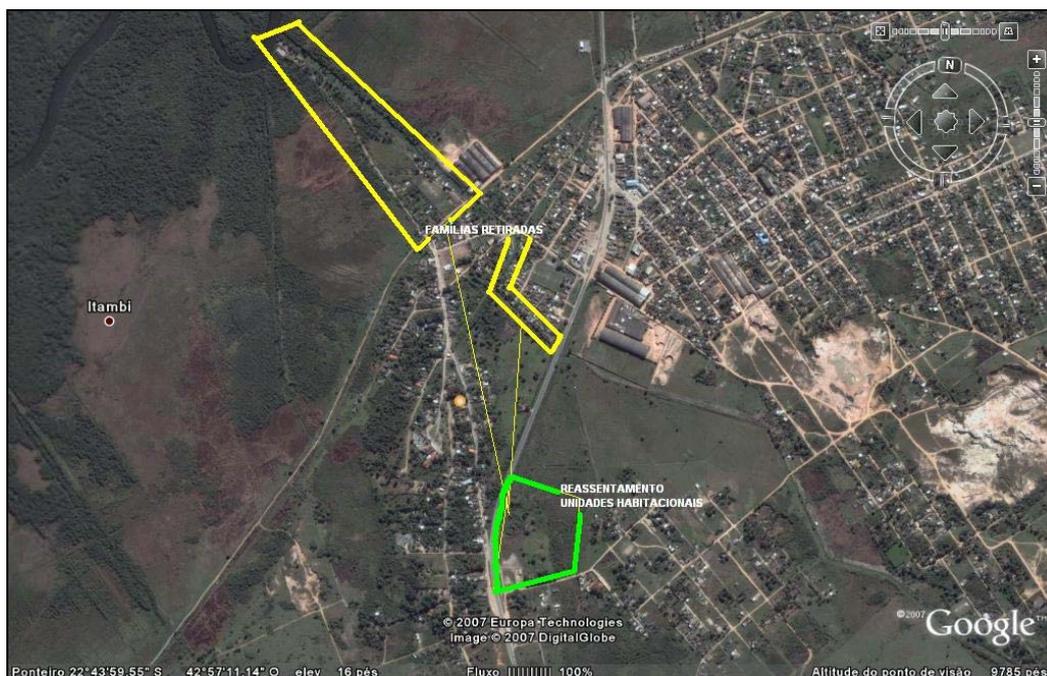
Figura 13: Maquete do Conjunto Habitacional Nova Itambi



Fonte: Parecer Técnico 53/207 Apa-Guapimirim, 13 de dezembro de 2007.

O primeiro documento oficial registrado nessa pesquisa que constatou a saída dessa comunidade dos mangues para o conjunto habitacional foi o parecer técnico 52/2007 APA-Guapimirim (13 de dezembro de 2007) o qual dizia que a transferência estava associada à construção de uma estrada principal de acesso e de outros acessos secundários que serão construídos e/ou recuperados para viabilizar o transporte de equipamentos e matéria prima até o COMPERJ. O parecer apresentava também as figuras 13 e a 14 deste trabalho. Por esse documento, o espaço onde, atualmente, os caranguejeiros vivem (contorno amarelo da figura 4.10), serviria, em parte, para as obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro (GIULIANI, 2007). As mesmas figuras constam na apresentação do PAC do município de Itaboraí e me foram enviadas pelo chefe da APA de Guapimirim.

Figura 14: Imagem de satélite da área em estudo (trecho do Município de Itaboraí, Rio de Janeiro)



Fonte: Parecer Técnico 53/207 Apa-Guapimirim, 13 de dezembro de 2007.

A comunidade irá residir em apartamentos e não em casas como moram atualmente. No parecer técnico destacamos que:

(...) segundo a presidente da Associação de moradores da Bacia, a maioria das pessoas está satisfeita com a implantação do projeto, pois trará uma boa qualidade de vida para todos, haverá uma recuperação ambiental (como cita o projeto) (...). Fomos informados de que apenas uma minoria de moradores está insatisfeita, isto é, são contrários a residir em apartamentos como prevê o projeto. (p.2)

Em uma entrevista realizada com o chefe da APA de Guapimirim no dia 03 de novembro de 2009, ele afirma que teria visitado a comunidade no fim de 2007 e que eles na época teriam se posicionado a favor. Entretanto, segundo os relatos, os moradores da Bacia de Itambi alegam que não foram consultados anteriormente e que foram apenas comunicados que seriam transferidos do local, não tendo acesso às informações, mesmo tendo representações junto ao PAC⁷⁷.

Além disso, os gestores do conjunto habitacional do PAC afirmam, em entrevista direta, que nenhuma obra do COMPERJ passará pela área da Bacia, assim como o chefe da ESEC da Guanabara que afirma que a Petrobras teria lhes enviado uma planilha com todas as suas intervenções e que nessa não constaria

⁷⁷ De acordo com A. O. , ele e mais dois moradores representam a comunidade nas reuniões do PAC (13/10/2008).

nenhuma intervenção de infraestrutura na Bacia. A assistente social e o pedagogo do conjunto habitacional do PAC afirmam ainda nem saberem da existência desse parecer.

Já o chefe da APA de Guapimirim, também em entrevista direta, afirma que esse parecer teve “valor mínimo” e que a saída da comunidade se deve a um projeto antigo da Prefeitura de Itaboraí, mas que, com certeza, a chegada do COMPERJ na região teria acelerado a execução desse projeto, já que segundo ele, “qualquer obra que ocorre hoje na região está diretamente ou indiretamente relacionada com o pólo petroquímico” (entrevista realizada em 03/11/2009).

Indiretamente é óbvio que o COMPERJ tem a ver; todos os empreendimentos que ocorrem na região, todo PAC da região, a âncora econômica, que tá orbitando em volta é o COMPERJ, o COMPERJ é o peso, que tá descendo e vai todo mundo acompanhando aquilo (Chefe da APA de Guapimirim, 03/11/2009)

Como afirma Souza (2000), então, não é apenas o Estado (resposta óbvia em principio) que planeja e gere as relações sociais, mas certos agentes modeladores do espaço (como o grande capital industrial, no caso o COMPERJ⁷⁸), a partir de geoestratégias, não raro, sofisticadas (p.86).

Os gestores da APA e da ESEC ressaltam, então, que esse projeto do PAC (que inclui o conjunto habitacional) é da prefeitura e não do IBAMA ou do ICMBio. Segundo os próprios, o projeto se deve a um aspecto burocrático e também pelo fato de que o local em que hoje está alocada a Comunidade de Itambi “tecnicamente não ser uma área de moradia preferencial”. Dessa maneira, eles, os gestores, teriam dado apenas a anuência ambiental para o projeto. Contudo também enfatizam que o aspecto formal deles naquele local é prioritariamente ambiental e não social e, dessa maneira, mesmo que a comunidade se posicionasse contra, o órgão ambiental deveria se posicionar a favor, já que seu foco deve ser o ambiental. Para os gestores,

(...) por fins da legislação é clandestina essa ocupação, como é que se regulariza essa ocupação clandestina? (...) o mecanismo que a Prefeitura procurou adotar é esse, realocá-los em uma área próxima onde pudesse ser oferecido equipamentos urbanos mais favoráveis, aliado com uma auto-declaração dessas populações, dizendo que as condições de habitação são precárias, é isso que a nossa análise foi feita (...) Se os moradores tivessem dito não quero sair daqui, se a Prefeitura dissesse ‘socialmente não vai ser bom’, mesmo assim (...) não caberia o Ibama na

⁷⁸ O qual não deixa de ser também o Estado.

época ou ICMbio agora poder negar um empreendimento dessa ordem (...) nosso aspecto ali formalmente é um aspecto ambiental (Chefe da APA de Guapimirim, 03/11/2009).

(...) E deixar claro quem é o empreendedor da obra, não somos nós (...) é a Prefeitura (...)a quem cabe a responsabilidade sobre a execução da atividade aí no caso foi a Prefeitura, a Prefeitura que recebeu a nossa anuência (...) anuência ambiental (Chefe da ESEC da Guanabara, 03/11/2009).

No decorrer dessa pesquisa, até setembro de 2009, os moradores da Comunidade de Itambi informavam que consultores os visitavam falando a respeito de indenizações para a mudança do local. A última empresa que teria entrado em contato com eles, segundo os próprios moradores e os gestores do Conjunto Habitacional do PAC, seria a empresa PLANAVE⁷⁹.

A assistente social do conjunto habitacional em uma conversa informal realizada no dia 16 de setembro de 2009, afirmou que até onde ela saiba o COMPERJ não tem nada a ver com a saída da comunidade, e que estaria envolvida em uma obra do PAC do município de Itaboraí. Acrescentou ainda que não sabia que o COMPERJ também se constitui em uma das obras do PAC e nem que o Arco Metropolitano estaria sendo viabilizado pelo COMPERJ, não entendendo porque uma empresa terceirizada do COMPERJ estava na época da entrevista fazendo uma pesquisa com a comunidade com “pranchetas na mão” e que com isso “rolou um boato” que iriam indenizá-los. Por fim, então, questionava: “por que indenizá-los se já há um projeto do PAC há dois anos fazendo um conjunto habitacional para eles?”. Afirmou ainda que tentou contato com as agentes sociais do COMPERJ, mas até aquele momento ninguém havia retornado suas solicitações.

Já em outra entrevista com o arquiteto e urbanista responsável pelo PAC, realizada no dia 28 de setembro de 2009, ele afirmava já ter orientado aos consultores da PLANAVE para não falarem mais sobre indenizações, já que este seria um “assunto extremamente delicado”; contudo, afirmou também que o Arco Metropolitano se resumiria à duplicação da via e que não haveria nenhum corte entrando em comunidades. O profissional acrescentou que:

⁷⁹ Segundo o próprio site da empresa, a PLANAVE foi fundada em 1969, está localizada na cidade do Rio de Janeiro e é especializada na prestação de serviços de Consultoria e Engenharia. (Disponível em: <<http://www.planave.com/index.htm>>, Acesso em 20 de março de 2010).

(...) o que existe hoje, nós fomos procurados pela Petrobras, é um estudo da Petrobras, a construção de uma via especial, de uma via de transporte pesado, estão estudando esse entorno, que vai desde São Gonçalo nas margens da Baía de Guanabara (...) Guaxindiba, Itambi, aí vai subindo até Guapimirim, estão fazendo um estudo onde seria o melhor local para implantação desse fluxo de veículos pesados, que não poderiam passar veículos de transporte comum, para não atrapalhar o fluxo certamente do Arco Metropolitano (Arquiteto e Urbanista do Conjunto Habitacional do PAC, 28/09/2009).

Dessa maneira, os gestores do PAC não associam em suas falas a saída da comunidade com o COMPERJ, atribuindo a diversos outros motivos que vão desde a proteção ambiental até as questões assistencialistas. Segundo esses gestores, a comunidade abriga um lugar impróprio, de risco e sem infraestrutura e, dessa maneira, a mudança desta para o conjunto habitacional é visto de maneira positiva. A assistente social afirma que “lá eles vivem em uma miséria, e em uma pobreza, lá eles não tem nada, aqui eles terão tudo” (16 de setembro de 2009).

Os gestores alegam ainda outros fatores para importância desse projeto do PAC em seu todo. Segundo o arquiteto e urbanista, esse projeto também tem a “vertente do trabalho do social tiração de trabalho e renda”:

(...) então a gente trabalha com essas pessoas assim, elas (...) têm baixo grau de escolaridade e qualificação quase zero, qualificação mínima, então eles pegam os serviços mais simples, semente joga, as mulheres ficam ociosas a maior parte de tempo, dessa maneira, com experiências no município que deram certo, artesanato com reciclagem, então nós contratamos essa pessoa, que faz um trabalho muito grande com a Petrobras, Vale, com essas empresas maiores que normalmente patrocinam esses eventos, então nos contratamos essa professora que veio aqui ensinou algumas técnicas de confecção de bolsa e já está dando retorno para algumas pessoas, já estão tirando do artesanato não o sustento, mas a contribuição de renda (...) trouxemos uma nutricionista para ensiná-los a reaproveitar os alimentos, eles desperdiçam muito(...) (Arquiteto e urbanista do Conjunto Habitacional do PAC, 28/09/2009).

O mesmo gestor afirma ainda que além de arquiteto e urbanista é engenheiro de segurança do trabalho e dessa maneira, o projeto procurou aglomerar os serviços, de forma que evitasse que as pessoas saíssem do conjunto habitacional e tivessem que atravessar a estrada BR, futura via do Arco Metropolitano. Estariam assim também prestando um serviço de proteção:

(...) aqui a gente tem a creche, saindo dessa creche vai direto para escola e posto de saúde, tem tudo no Conjunto Habitacional (...) então na verdade estamos prestando um serviço de prevenção, até porque ele não tem que sair daqui (Arquiteto e Urbanista do Conjunto Habitacional do PAC, 28/09/2009).

Por fim, acrescentam a criação de uma ciclovia para impedir que outros moradores se instalem no local em que a Comunidade de Itambi reside atualmente. Dessa maneira, acreditam que esse projeto, além de aumentar a qualidade de vida das comunidades que morarão no conjunto habitacional, também aumentará a qualidade de vida dos moradores que vivem no entorno.

Pelas falas desses gestores, a cata de caranguejo e a pesca continuarão a ser realizadas com a entrada do COMPERJ na região. Dessa maneira, os catadores de caranguejo manterão seu principal meio de sobrevivência, ressaltando ainda a construção do Centro Comunitário, que já está em obras. Segundo o arquiteto, “o Centro Comunitário vai regularizar a venda do pescado e do caranguejo, porque eles são informais”⁸⁰.

Os chefes da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara ainda relacionam a saída da comunidade com o COMPERJ, porém de uma maneira um pouco diferente. Eles afirmam que o Conselho da APA de Guapimirim foi expressamente contrário ao COMPERJ. O conselho foi “uma das poucas instituições que se manifestaram expressamente contrárias ao COMPERJ; fomos derrotados junto com o Ministério Público, que foi outra instituição que também se manifestou contra”. O gestor da APA de Guapimirim continua assim sua reflexão:

(...) dentro desse conjunto do COMPERJ que a gente tá tendo que corrigir e trabalhar por algo que não acreditamos e achamos que *tá* errado, então a estratégia é, vamos reduzir o mal, é um mal inevitável, a gente vê que tem poucas coisas positivas, pouquíssimas (...) a gente vê como positiva a realocação daquela comunidade pela auto-declaração que foi manifestada para nós (Chefe da APA de Guapimirim, 03/11/2009).

A partir dessa visão, os gestores suspeitam que “seria pior se eles permanecessem onde estão”. Afirmam ainda que, por uma “perspectiva histórica e por outras histórias”, certamente a chegada do COMPERJ diminuirá a qualidade

⁸⁰ O Centro Comunitário já era uma reivindicação antiga da comunidade como destacaremos mais adiante nesse capítulo. Contudo é importante destacar aqui que vários caranguejeiros de Itambi já são cadastrados, recebendo inclusive o DEFESO implementado em 2001, a partir de uma parceria entre a OSCIP IDM-Instituto de Desenvolvimento Municipal e a Prefeitura Municipal de Itaboraí, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. O projeto tem como objetivo proteger os manguezais e promover programas voltados à sustentabilidade das populações de catadores de caranguejos. Além da proteção e preservação através da fiscalização, o Defeso tem como premissa a remuneração dos catadores de caranguejo nos períodos em que a captura é suspensa (MOYSÉS, 2008).

de vida daquela região e, dessa maneira, não acreditam que aquele estilo de vida tradicional poderá continuar. Seguindo esse raciocínio, a saída da Comunidade de Itambi dos mangues onde se instalou seria uma tentativa de minimizar os impactos na APA de Guapimirim, já previstos. Em outras palavras, como essa comunidade está fadada a “desaparecer” (aqui caberia o termo desterritorialização), pois já é um “fato concreto” a entrada do COMPERJ na região, acabaria se forçando, da mesma forma, a comunidade a se deslocar em um futuro próximo, já que essa certamente perderá os seus referenciais simbólicos e seus recursos materiais de sobrevivência.

A saída da comunidade da APA de Guapimirim seria uma medida para tentar impedir ou dificultar de certa forma que outras populações se instalem nesse local, sendo assim uma medida para minimizar as futuras consequências ambientais, ou seja, no fundo sua preocupação central ainda estaria na proteção da natureza. Apesar disso, o chefe da ESEC da Guanabara ainda relaciona que a saída deles do mangue irá aumentar a qualidade de vida desse grupo, já que, segundo esse gestor, certos parâmetros referentes à concepção de qualidade de vida são essenciais e inquestionáveis:

Do outro lado da história, são pessoas falando que aquela área lá não é uma área que as pessoas podem morar, *né*, aquela área lá é uma área insalubre também, *né*, que a expectativa dessas pessoas diminui por morar em uma área com saneamento deficiente, com certeza. Como é que chega a água pra eles lá? Como eles obtêm água potável? A solução seria urbanizar aquela área (...) água potável e saneamento básico (...) se você me falar aqui para mim que isso não influencia na expectativa de vida das pessoas, digo pra você, você precisa conhecer um pouco mais sobre a história do desenvolvimento da civilização, *né*, aí eu vou te provar por ‘a’ mais ‘b’ que hoje nossa expectativa de vida subiu porque temos água potável e nossos dejetos são destinados corretamente, *tá*, isso é uma parte da história (Chefe da ESEC da Guanabara, 03/11/2009).

Observa-se assim, novamente baseando-se em Souza (2004), que esses “sustentabilistas”, com o auxílio de categorias vagas, examinam a pobreza e os conflitos sociais, “devendo-se a preocupação com a pobreza parcialmente à sua usual característica de ser um fator de degradação ambiental”. Nesse pensamento, o “desenvolvimento sustentável” equivaleria à modernização combinada com proteção ambiental. Não se avança assim para além de aspectos morais, apostando ainda em um “Estado tipo keynesiano, que seja capaz de regular a expansão urbana e investir na preservação do meio ambiente” (p.70).

Contudo, ainda segundo o autor, ressalta-se aqui, que estratégias de âmbito municipal, não podem perder de vista que mesmo atividades econômicas “pouco importantes” ou mesmo residuais, podem ter importância social assaz significativa (p.78).

Por outro lado, então, os moradores da Comunidade de Itambi também interpretam de formas diversas os motivos que levaram/levarão à saída de seu território de vida, convivência e sobrevivência. Observam que isso se deve tanto a uma questão ambiental, de proteção da APA de Guapimirim, como por questões assistencialistas, por alegarem que estão em uma área de risco, sem infraestrutura... Eles relacionam, ainda, em diversas falas, a saída deles com o COMPERJ. A moradora J., em uma entrevista realizada dia 11/02/2010, afirmava que eles terão que sair de seu território atual, “porque eles têm interesse aqui, né”, segundo a moradora, todos lá têm conhecimento que irão sair, “porque o ônibus da Petrobras vai passar por aqui”.

Entretanto, todos os motivos acima interpretados pela comunidade referentes à sua saída dos mangues para o conjunto habitacional são questionados nas falas dos próprios moradores. Da mesma forma, a comunidade compreende que a entrada do COMPERJ na região afetará negativamente os mangues e, conseqüentemente, tanto suas atividades de sobrevivência, círculo de convivência e solidariedade, como suas áreas de lazer.

Pelos depoimentos dos gestores do PAC envolvidos na construção do conjunto habitacional, assim como dos gestores das UCs envolvidas, observaram-se vários juízos de valores colocados como universais.

Entende-se, entretanto, que os agentes sociais que elaboram estratégias de ação e intervenção do território devem desafiar e buscar ultrapassar o senso comum ao interrogar o não interrogado, duvidando de certezas não-questionadas. Ao mesmo tempo, também não se pode simplesmente ignorar os saberes locais dos homens e mulheres concretos, como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros que não eles mesmos (SOUZA, 2000a, p.87).

A partir disso, então, torna-se importante averiguar nesse momento entre os moradores da comunidade o processo que essa população vivencia em suas múltiplas dimensões, econômico-política e simbólico-cultural. Busca-se

compreender esse processo então desde o sentimento de perda de seus referenciais simbólicos até do próprio controle do território e de seus meios de sobrevivência para pensar, a partir das experiências dos sujeitos envolvidos, outras racionalidades para projetos de gestão na localidade.

Essa pesquisa, portanto, não pretende estabelecer prioridades e definir as metas e objetivos em nome da Comunidade de Itambi. A partir de Souza (2004), baseado em Paulo Freire (1986), essa pesquisa busca, sob um ângulo dialógico, então chamar atenção daqueles cuja autonomia deve ser respeitada e estimulada (p.179-180).

Analisar-se-á a seguir a evolução da situação identificada desde meados do primeiro documento oficial referente à saída da Comunidade de Itambi, de novembro de 2007 a fevereiro de 2010.

4.3.

As múltiplas dimensões do processo de saída vivenciado pela Comunidade de Itambi

O chefe da APA de Guapimirim acredita que houve uma “variação temporal da perspectiva” da Comunidade de Itambi, já que, como relatado anteriormente, ele diz ter escutado dos próprios moradores, ao visitar a comunidade, que eles estariam satisfeitos com a mudança para o conjunto habitacional; contudo, ressalta que teria conversado com apenas um grupo de moradores.

No primeiro momento em que os moradores se manifestaram sobre a possível saída da comunidade da Bacia, no fim de novembro de 2007, a maioria dos catadores manifestou o seu medo. Ao falar sobre esse assunto, muitos deles diziam não saber nada direito sobre o assunto, entretanto vários já se queixavam.

O caranguejeiro F.I., o único que falava naquele momento um pouco mais abertamente sobre o assunto, em uma entrevista realizada em 04/12/2007, afirmava que se “a Prefeitura e a Petrobras querem que a gente saia, o que você acha? Se não fizer um acordo você pode sair prejudicado; é praticamente obrigatório, mas também não vou aceitar qualquer coisa”.

No segundo semestre de 2008, toda a comunidade já falava mais abertamente sobre esse assunto. Os moradores afirmavam que foram apenas

comunicados de sua saída, não tendo nenhuma participação na decisão desse projeto. As queixas dos moradores eram diversas e em todos os depoimentos observaram-se insatisfações, receios e medo. O caranguejeiro C. acrescentava, naquele período, que as opiniões estariam sendo diversas, e que ele tinha medo “de abrir a boca e se queimar sozinho” (13/10/2008). As mulheres perguntavam onde colocariam suas galinhas, lavariam suas roupas... Dona M. acreditava ainda que o campeonato de futebol realizado uma vez por ano iria acabar e acrescentava que gostava de morar lá, já estava acostumada e não queria sair (a figura 15 mostra o campo de futebol da comunidade e a figura 16 mostra os varais nas casas). Além disso, afirmava que já haviam sido informados pelos gestores do conjunto habitacional do PAC (pedagogo, assistente social e arquiteto e urbanista) que eles já estavam proibidos de fazer novas construções. Como exemplo, me citava seu filho que acabara de casar e não tinha onde morar com a mulher, me mostrando os materiais de construção que o filho já havia comprado para levantar uma casa ao lado da sua.

C. reclamava das novas moradias (mudar para prédios) e achava que os moradores deveriam receber uma indenização para que cada um morasse onde quisesse. Ele me mostrava a casa “espaçosa” que já havia conquistado o quintal com as árvores, a *sombra conquistada*⁸¹, não acreditando que iria encontrar isso no prédio e que, além do mais, ele ainda teria que conviver com estranhos.

O caranguejeiro A.O., um dos representantes do PAC, alegava que a comunidade deveria ficar nas proximidades, de preferência em casas, “mas alegaram falta de terra” (13/10/2008). Acrescentava que naquele momento os pescadores ainda não cadastrados, estariam sendo cadastrados e que alguns comunitários ainda relutavam em se cadastrar. Porém, o caranguejeiro afirmava que naquele momento, tentava convencê-los, esclarecendo as dúvidas legais e a importância desse cadastro para que assim pudessem ter força para atuarem na busca de certos direitos que eles achassem necessário reivindicar futuramente. Pelas interpretações do caranguejeiro, as políticas públicas que estavam em andamento no município de Itaboraí, especificamente o projeto do PAC do município de Itaboraí que conta com a saída dessa população dos mangues e a entrada do COMPERJ no município, certamente afetarão suas atividades

⁸¹ Grafado no texto, porque o Caranguejeiro destaca essa conquista em sua entrevista.

econômicas (cata de caranguejo, siri, pesca), salientando assim a importância do cadastro.

Figura 15: Crianças brincando no campo de futebol de Itambi



Fonte: Arquivo Pessoal (13/10/2008).

Figura 16: Varais de roupa na comunidade



Fonte: Arquivo Pessoal (13/10/2008).

Já no segundo semestre de 2009, as obras do PAC já eram visíveis em Itambi, principalmente na Bacia. Os ônibus já não entravam mais na vila, passando apenas na BR-493. A obra do Centro Comunitário já havia começado e

a creche e o posto de saúde do conjunto habitacional já estavam prontos em outubro daquele ano (figuras 17 a 20).

Figura 17: Rua transversal a entrada da rua da comunidade, na qual já pode ser observado canos da CEDAE e a direita da foto as obras já iniciadas do Centro Comunitário



Fonte: Arquivo Pessoal (16/09/2009)

Figura 18: Creche do Conjunto Habitacional já finalizada



Fonte: Arquivo Pessoal (28/09/2009)

Figura 19: Posto de saúde do Conjunto Habitacional já finalizado



Fonte: Arquivo Pessoal (28/09/2009)

Figura 20: BR-493: uma via do Arco Metropolitano



Fonte: Arquivo Pessoal (16/09/2009)

Contudo, os moradores continuavam a se queixar e estão ainda mais receosos com a perda de seus referenciais simbólicos, do lugar de abrigo, proteção e sobrevivência. O morador J. destaca que com o início das obras no local, ele estaria mais inseguro, afirmando que duas colegas suas já haviam sido assaltadas no caminho entre a BR e a comunidade, o que não era comum no local.

Além disso, vários moradores me alertavam não visitá-los em dias de chuva, já que lá nesses dias estaria ficando “pura lama”.

Com o início das obras do Centro Comunitário, algumas casas da comunidade já tinham sido afetadas, como a casa da moradora J. B. que mostrava que parte do seu quintal, juntamente com o seu abacateiro, já havia sido tomada (figura 21).

Figura 21: Quintal da moradora J.B. À direita, a construção do Centro Comunitário e parte do abacateiro cortado



Fonte: Arquivo Pessoal (16/09/2009)

Um morador da Comunidade de Itambi que trabalha nas obras do Centro Comunitário se diz receoso em dar entrevistas em dias de obra, pedindo para que eu voltasse no final de semana. Além disso, pediu ainda para que não se tirasse fotos dentro das obras do Centro Comunitário, acreditando que se o responsável da obra chegasse, ele poderia se prejudicar. Entretanto, os outros moradores da Comunidade de Itambi não estão trabalhando nas obras, já que segundo eles, os moradores que possuem o cadastro de pescador não poderão receber a

aposentadoria de pescador⁸² se trabalharem com carteira assinada em outros serviços.

De outubro de 2009 até fevereiro de 2010, última parte do trabalho de campo dessa pesquisa, os moradores continuavam a questionar a saída deles do local e os motivos dessa mudança para o conjunto habitacional. Algumas mulheres afirmavam que não iriam sair, mas segundo elas mesmas, as casas delas seriam derrubadas “mesmo com elas dentro”.

Eu só tenho uma coisa a dizer: eu não *tô* querendo sair da minha casa para ir para lá não, mas acho que a gente vai ter que obrigado a sair, *né*, se não sair eles derrubam a casa com a gente dentro, falaram (Moradora J.B, 16/10/2009).

Os moradores ainda se queixam das taxas que terão que pagar inclusive a do condomínio do conjunto habitacional. Além disso, a mudança de casa para apartamento, assim como o tamanho dos apartamentos do conjunto, é criticado por todos os moradores entrevistados durante esse período. Os moradores afirmavam que terão que se desfazer de vários móveis, porque eles não caberão no apartamento, lembrando que as novas habitações serão por família, e que existem algumas que são formadas por 5, 6 filhos. C. define os apartamentos como “casinhas de pombo”, acrescentando: “a gente vai criar porco, galinha tudo dentro de caixa” (16/09/2009).

Dona J. B. acredita que não terá de onde tirar dinheiro quando se mudar para o conjunto habitacional. A moradora afirmava que sempre mexeu com caranguejo e que hoje ela cozinha em seu fogão de lenha os caranguejos, vendendo-os no local; lembra ainda do pé de abacate e de laranja que possui em seu quintal e que perderá. Dessa maneira, observa que a transferência e o tamanho do apartamento a ser habitado são problemas para continuar suas atividades de geração de renda.

Eu não *to* gostando não, não *tô* querendo sair da minha casa para ir pra lá não, porque aqui eu moro bem, tenho o meu ganha pão, que eu cozinho meu siri ali no fogão de lenha, cozinho meu caranguejo, descarno, entrego o moço, o moço me paga, agora vou cozinhar isso aonde lá? Dentro do apartamento não tem como, *né*? (Moradora J.B., 16/10/2009).

⁸² Nessa pesquisa, identifiquei dois senhores que moram na Bacia que recebem aposentadoria de pescador.

Diversos moradores criticam o fato de não terem opinado sobre esse projeto, já que eles são os principais afetados. A moradora J.B, neste sentido, questiona os motivos assistencialistas vistos anteriormente e não entende as justificativas para a transferência deles para o conjunto habitacional: “Se eles tão pensando que é pra melhorar a gente, tá pior, tá saindo do que é nosso... esse tal de condomínio não vai adiantar de nada, pra mim não tá me dizendo nada” (16/10/2009).

As medidas implementadas com “a finalidade do bem” por outros atores sociais para a comunidade (DEMATTEIS, 2008), assim interpretadas pelos gestores do Conjunto Habitacional do PAC no município de Itaboraí e das UCs envolvidas, são assim criticadas pela própria comunidade:

As pessoas que não vivem aqui dentro, que não convivem aqui dentro, têm uma visão totalmente diferente, eu acho que eles lá de fora que fizeram esse projeto tem uma visão de miséria pra gente aqui e não é isso, é uma coisa totalmente diferente, todo mundo aqui tem suas casas, todo mundo aqui tem a sua vida, *né*, todo mundo tem o seu trabalho, ninguém aqui passa fome igual, tem lugares que é muito pior, tem pessoas que precisam muito mais, eu não *tô* falando que nós não precisamos, até o fato assim, se eles limpassem o rio, fizessem uma pavimentação aqui nesse lado, sei lá, ajudasse a gente a melhorar a fachada da casa, que seja, eu acharia que seria muito mais vantagem do que sair a gente daqui para lá, entendeu? (Morador J., 16/10/2009).

A moradora J. ressalta que os moradores deveriam ter participado da elaboração do projeto, não acreditando que estejam saindo de lá por qualquer motivo assistencialista. Afirma que o principal motivo ainda seja por aquele local interessar a Petrobras.

O que deveria que ser feito, eles primeiro tinham que perguntar pra gente se a gente queria casa ou apartamento, tinham que perguntar, não é chegar com um projeto tudo pronto e falar assim ‘o projeto *tá* aqui, vocês vão sair pronto e acabou’, eles deviam saber nossa opinião, mas eles *não quis* saber nossa opinião, falaram que a gente mora em área de risco, que área de risco que a gente mora? Que dá chuva, dá tempestade e o rio da gente não alaga, não morre ninguém, cadê a área de risco que a gente mora? O rio da gente nunca encheu, a gente não mora em área de risco não, as crianças brincam aí direto até meia noite, onze horas da noite, a única coisa de risco que tem aqui é o maruim, mas não mata criança alguma, que é o mosquito, as crianças *tá* tudo aí, cresce, *tá* tudo aí, não tem área de risco nenhuma, só porque a gente mora na beira de um rio é área de risco? Área de risco é lá em São Paulo que já tem lá dois meses lá que o Rio Tietê tá cheio lá, mora no centro da cidade, a gente não, a gente mora aqui na roça, mas o rio da gente não enche, nunca teve uma enchente desde que eu moro aqui, a mais de vinte anos, que área de risco? Vai tirar a gente da área de risco, quero saber aonde *ta* área de risco, qual foi o dia que eles viram sair no jornal que aqui alagou e que morreu alguém afogado, ou inundado, ou aterrado, tem área de risco nenhuma, é porque eles tão querendo

mesmo tirar a gente daqui por causa desse negócio da Petrobras que vão passar por aqui, o interesse mesmo é tirar a gente (Moradora J., 11/02/2009).

Da mesma maneira, os moradores criticam o fato de terem que sair do local para a proteção da APA de Guapimirim. Em todas as visitas realizadas na comunidade, eles afirmam não serem os responsáveis pela poluição e desmatamento dos manguezais, lembrando que a subsistência deles está diretamente relacionada aos mangues e que eles ainda colaboram para a sua conservação, ponto verificado também em trabalho anterior (MOYSÉS, 2008)⁸³.

A comunidade, ao questionar o motivo da saída para a proteção da APA de Guapimirim, relaciona-o diretamente com a entrada do COMPERJ na região, identificando assim contradições nesse argumento ao observar que o COMPERJ trará significativos impactos para os mangues:

O COMPERJ vai acabar com o mangue, como é que teve aí o derramamento de óleo aí que teve aí, o trem descarrilou aí, acabou com o mangue, os garotos que ninguém deu uma assistência nenhuma, não recebeu uma indenização nenhuma, foi só 300 reais que eles deram para poder calar a boca dos outros, e acabou, os *freguês* sumiram tudo porque falaram que os caranguejos da gente *tava* tudo contaminado, passamos um *perrengue* e ninguém veio ajudar a gente, ninguém veio ajudar a gente e isso que aconteceu, e eles vão fazer o quê? Acabar de estragar o mangue, depois diz o quê? Que é o caranguejeiro que estraga o mangue, o pescador, como é que vai estragar se é dali que ele arranca o sustento? Ele? A gente vive muito bem, não tem caranguejo, os garotos catam *pet* dentro do mangue pra poder vender, traz, o caminhão pega tudo, de garrafa *pet* pra poder vender, eles ainda tão ajudando, fazendo um favor ainda, o pessoal *tá* revoltado mesmo de ter que sair daqui, ninguém quer sair (Moradora J.A., 11/02/2010).

A população de caranguejeiros, dessa maneira, em suas falas, não acredita que eles sentirão os benefícios divulgados pela Prefeitura de Itaboraí e Petrobras do desenvolvimento via COMPERJ. Ao contrário disso, a comunidade teme pelas futuras consequências desse empreendimento nos mangues que afetarão diretamente suas atividades produtivas, sua relação com a natureza exterior, e pela possível perda de seus referenciais simbólicos. Além disso, os moradores também acreditam que a entrada do COMPERJ no município afetará suas relações de vizinhança e diminuirá a segurança local.

⁸³ Foram verificadas em trabalho anterior (MOYSÉS, 2008) atividades dos caranguejeiros que contribuem com a conservação dos mangues da APA de Guapimirim: catam garrafas *pet*, evitam cortar galhos de mudas e novas ramagens, plantam a vegetação de mangue por conta própria, não catam fêmeas e em período de desova, entre outros.

O morador J. ainda diverge da opinião dos gestores de que a saída deles do local seria uma medida mitigadora dos futuros danos do COMPERJ:

O COMPERJ vai ser uma coisa para Itaboraí crescer (...) empreendimentos, emprego, vai ser um pouco difícil porque é como todo mundo fala, marginalidade, enfim várias coisas, com certeza vai ter crescimento de população irregular, em todo lugar tem, eles não vão conseguir controlar, então tirando a gente daqui não adianta nada, vão se formar em outros lugares, outras pessoas virão e vão fazer casa, por exemplo, tem um barreiro ali, aí vem um, vem mais um, daqui pouco tá povoado aquilo ali, vira uma favela, o que eles vão fazer ali? Vão fazer igual tão fazendo do rio, pegam a casa das pessoas, deixam elas sem casas e destrói tudo? (...) A meu ver eu acho que não teria necessidade da gente sair daqui, no meu entendimento, eu penso assim, agora eles pensam diferente, quem somos nós para julgar, né? (Morador J., 16/10/2009).

Apesar de discordar da saída da comunidade por motivos relacionados à preservação da APA de Guapimirim, o morador sugere que mesmo que a opinião da Prefeitura ou dos gestores da APA de Guapimirim e da ESEC fosse essa, eles ainda teriam alternativas como as de “fazer uma educação ambiental com todos nós”.

Muitos moradores assim ainda acreditam que a entrada do COMPERJ seja de fato o principal responsável pela saída dessa população de seu território de vida e se mostram receosos com a saída do seu lugar de vida, convivência e sobrevivência juntamente com os já previsíveis impactos do COMPERJ.

Os moradores da Comunidade de Itambi então muitas vezes interpretam que a saída deles dos mangues juntamente com a entrada do COMPERJ no município pode resultar no “desaparecimento” dessa comunidade. Em outras palavras, pela conjuntura maior do processo vivenciado no município (o COMPERJ), a comunidade teme que a perda do território signifique o “fim da comunidade” (HAESBAERT, 2007). Percebe-se que nesse momento entre os moradores da comunidade uma afirmação e uma reivindicação pela identidade territorial (HAESBAERT, 2007a).

Observa-se também que os fins das políticas públicas que os afetam diretamente não estão claros para a população de caranguejeiros de Itambi. Defende-se, contudo, baseando-se em Souza (2004), consoante o enfoque autonomista, que os agentes sociais que elaboram estratégias de intervenção e ação no território, não podem simplesmente reivindicar, sentir e pensar em nome da população que será afetada por essas políticas de intervenção, “presumindo a

racionalidade e a universalidade de suas próprias inclinações, de seus próprios gostos e suas próprias necessidades” (p.179).

Segundo o mesmo autor, o usuário de um produto e não o expert que o concebeu ou produziu é o legítimo juiz de suas qualidades, certamente, “esse juiz não é infalível, mas é seu direito correr o risco de falhar em liberdade⁸⁴” (SOUZA, 2000a, p.87).

4.4.

As expectativas da reterritorialização da Comunidade de Itambi no conjunto habitacional

Nesse momento se verificará qual a opinião dos moradores da Comunidade de Itambi sobre o projeto do PAC (em seu todo) em que eles estão incluídos. Compreender-se-ão os juízos de valor da própria comunidade, ou seja, qual a concepção de qualidade de vida dessa população e até que ponto esse projeto aumentará ou diminuirá a qualidade de vida dos mesmos.

A perda de seu território é compreendida como um sentimento de incerteza quanto ao futuro dos habitantes. Entretanto, essa incerteza está baseada, muitas vezes, em algumas certezas dos moradores quanto à saída da comunidade dos mangues para um conjunto habitacional, que fica às margens da BR-493, futura via do Arco Metropolitano. Da mesma maneira, esse sentimento de perda traz a indignação da comunidade de que o projeto lhes foi imposto sem ser questionado e como lhes está sendo atribuídas culpas que sabem não serem deles. Os moradores identificam ainda algumas contradições entre algumas das justificativas referentes à saída deles dos manguezais e o processo maior que está ocorrendo na região. Ou seja, ao mesmo tempo em que se explica que a saída deles ocorrerá para a proteção da APA de Guapimirim, está havendo a entrada do COMPERJ no município de Itaboraí.

Os habitantes da Comunidade de Itambi identificam, contudo, alguns pontos positivos das intervenções desse projeto. O próprio Centro Comunitário já era uma reivindicação antiga da comunidade. Desde meu primeiro contato com a comunidade, no início de 2007, os caranguejeiros já diziam lutar a algum tempo

⁸⁴ Grifos do autor Souza (2000a).

para a construção no local de um lugar onde eles pudessem armazenar e vender os caranguejos e o pescado de maneira geral, assim como guardar diversos materiais realizados na coleta, que são propostas do Centro Comunitário, além da venda de artesanato. Ainda não parece definido se a gestão do centro será entregue para a Associação dos Moradores da Comunidade de Itambi ou para Associação dos Pescadores de Itambi- Itapesca. Entretanto, sua construção, apesar de alguns receios por parte de alguns moradores, de uma maneira geral, é destacada como ponto positivo do projeto. Outros pontos destacados são a construção do colégio (creche)⁸⁵ e do posto de saúde, que serão ocupados, como postos de trabalho, preferencialmente, pelos moradores do conjunto habitacional.

A moradora J.A. afirma já estar trabalhando como merendeira no colégio e uma amiga sua, também da Comunidade de Itambi, como professora. Observa ainda que a AMPLA⁸⁶ e Petrobras também afirmaram que dariam preferência aos moradores do conjunto em outros serviços para complementação da renda e que os moradores que trabalham no colégio ou no posto de saúde têm que, necessariamente, voltar a estudar. A moradora entrevistada, mesmo afirmando não gostar de estudar, vê essa obrigação “de forma positiva”, já que acredita que isso seja um incentivo para poderem terminar os estudos.

Eles dão preferência pra gente, que nem agora o colégio tá funcionando, aí o pessoal do PAC veio aqui pediu pra gente lá colocar currículo que eles iam dá preferência *pro* pessoal que vai morar lá, pra poder trabalhar lá, poder trabalhar na creche, porque lá tem a creche, tem o colégio e tem o posto de saúde, então eles *tão* dando preferência *pro* pessoal da localidade que vai morar lá, a gente *bota* o currículo, *aí* eles vê lá o nome do pessoal que vai morar, *aí* eles tiram o pessoal que vai morar pra poder trabalhar, o pessoal da AMPLA também, eles falaram que era pra gente poder pegar o currículo e levar lá em cima que eles iam dá preferência *pro* pessoal que *tá* morando na comunidade, eles querem dá um serviço *pro* pessoal que é da comunidade, pra poder não ficar só vivendo da renda do caranguejo, o pessoal da Petrobras falou pra gente ‘todos os serviços que vir todos os benefícios que vir, primeiro lugar vai *pro* pessoal que vai morar lá em cima, a gente quer que o pessoal que vai morar lá em cima, o pessoal que vai sair da comunidade, a gente quer dar preferência pra vocês’, inclusive eu estou trabalhando no colégio, como merendeira (...) só que eu não *to* gostando muito porque eles colocaram para eu voltar a estudar, tive que lá fazer a matrícula pra voltar a estudar, também *tão*

⁸⁵ De acordo com os gestores do Conjunto Habitacional do PAC, o colégio irá até o primário, mas existem projetos com o intuito de incluir o Ensino Fundamental e posteriormente o Ensino Médio.

⁸⁶ De acordo com o site da própria empresa, a Ampla Energia e Serviços S.A distribui energia para 66 municípios do Estado do Rio de Janeiro (73% do território estadual). A Região Metropolitana de Niterói e São Gonçalo e os municípios de Itaboraí e Magé somam a maior concentração de clientes da distribuidora (Disponível em: <<http://www.ampla.com/>>, Acesso em 18 de março de 2010).

botando todo mundo pra voltar a estudar, também é até um incentivo de *botar* o pessoal de poder terminar, voltar ao estudo, terminar, *né (...)* é até uma coisa boa, mas eu não sei se vou agüentar a terminar não (Moradora J.A., 11/02/2010).

Entretanto, a mesma moradora acredita que o projeto, de uma maneira geral, é negativo, principalmente devido à saída deles de seu território de vida atual para os novos apartamentos. Ela entende ainda que esta complementação de renda é mais do que necessária, porque no conjunto eles terão muito mais gastos do que nas casas. Dessa maneira, não apenas a moradora J.A., mas os outros moradores têm muitas queixas em relação à saída deles. Entre essas queixas, eles identificam as contradições nas falas dos gestores do Conjunto Habitacional do PAC e das UCs. Para eles, a ideia de qualidade de vida para esses gestores, ou seja, do que realmente a comunidade entende que seja o melhor para eles, é muito diferente do que os moradores realmente almejam.

Pontos essenciais e “verdades absolutas” encontrados nas agendas sociais desses gestores como sendo ideais comuns e almejados por todos divergem de alguns valores, interesses e necessidades, ressaltados pelos habitantes da Comunidade de Itambi. A segurança, a convivência, a solidariedade, a sua relação com a natureza exterior, assim como outros referenciais simbólicos os fazem acreditar, nesse momento, que a Bacia seja um dos melhores lugares de se morar na região. Contudo, a comunidade acredita que certas mudanças são necessárias, mas que os moradores deveriam participar dos processos decisórios dos projetos que intervêm na realidade dos mesmos.

Tá certo que a gente não tem um saneamento básico, não tem uma água encanada, mas isso daí a gente se vira, dá o nosso jeito, o melhor lugar que tem de se morar dentro de Itambi é aqui na Bacia (Moradora J.A., 11/02/2010).

O morador J. relaciona o que estão vivenciando com outro caso que teria assistido na televisão e já aponta certas mudanças na região com a entrada do PAC, acreditando que quando mudarem para o conjunto habitacional tenderá a se agravar:

(...) esses dias eu estava vendo uma área lá na Amazônia e as pessoas chorando porque vai vir uma hidrelétrica enorme para aquele lugar (...) pessoas chorando com história de vida, pescadores, enfim, pessoas assim que nunca pensaram, quem aqui de nós falar ‘já pensava que isso ia acontecer’, é mentira, porque eu, se eles me chamassem para *mim*, J., para eu aprovar um projeto desses eu não ia aprovar, eu seria contra, nessas condições eu seria contra com certeza, quem assinou esse projeto (...), eu acharia que eles deviam conversar com a população daqui, que mora aqui, da Bacia, ‘o que vocês acham?’. Agora eles tem a casa deles, tem a mansão deles, tem um bairro bom, tudo asfaltado, acham que é melhor, ao meu ver eu acho que não é melhor não (...) a obra do PAC parou aqui dentro, os ônibus não passam aqui dentro, as pessoas estão sendo assaltadas nessas duas entradas, lá em cima e aqui, porque tem que saltar aqui para vir para cá (...) algumas pessoas se aproveitam, alguns marginais se aproveitam dessas condições (Morador J., 16/09/2009).

O morador J. acredita que irão perder muitas das coisas que já estão acostumados, dentre as quais a segurança. Ressalta os laços de convivência e solidariedade existentes na comunidade e suas possíveis perdas, assim como a perda de suas referências; “eles deveriam pensar melhor o que estão fazendo conosco, a referência do caranguejo é a Bacia” (16/09/2009).

As mulheres observam que irão morar na beira da auto-estrada frente ao alto índice de acidentes que todos sabem possuir aquela região⁸⁷ e se mostram preocupadas com as crianças que estão acostumadas a brincar sozinhas. Ressaltam ainda as diversas plantações existentes nos seus quintais, além da criação de

⁸⁷ Na ata da audiência pública da BR 493, realizada 11 de fevereiro de 2009 a insegurança da estrada é destacada nas falas de todos os participantes da audiência. Um dos gestores responsáveis pelo EIA da duplicação da estrada afirma que em 2001 todo o tráfego de caminhões foi desviado para a BR 493, devido à limitação de tráfego de veículos pesados na ponte Rio- Niterói, sendo assim o único acesso ao norte do estado. Além disso, afirma que a rodovia atualmente conta com muitos problemas estruturais. Acrescentando outros motivos que levam a insegurança da rodovia: “Ela tem sete metros de largura, tem trechos de acostamento pavimentados, outros não pavimentados, muitos deles tomados por vegetação, cruzando as áreas urbanas de Magé e Itambi (...) toda circulação de pessoas, o tráfego local, travessia de ônibus, carros, tudo é feito pela rodovia que piora muito suas condições de tráfego, de segurança e a sua velocidade média, que está entorno de 50 km/h. A gente vê como o tráfego é misturado, você vê uma carroça passando bem na área urbana num ponto onde o limite de velocidade é de 50 por hora. Tem trânsito pesado de caminhões, a quantidade de caminhões que trafega pela rodovia é muito grande” (p.6). O mesmo gestor, contudo, afirma que com a duplicação da via dentre os impactos negativos, encontra-se o aumento do risco de acidentes, “na verdade aumento da fatalidade desse acidente é porque a velocidade vai ser maior, e a indução de processos erosivos também” (p.11). O engenheiro civil e sanitaria do Instituto Estadual do Ambiente, o INEA, também ressalta o risco de acidentes na rodovia e o aumento desses acidentes com a duplicação da via, acrescentando: “A BR 493 apresenta um tráfego de veículos pesados como já foi apresentado nos levantamentos e que transportam cargas perigosas. Quando será intensificado ainda com a instalação do COMPERJ em Itaboraí” (p.16) (Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/downloads/ata_auditor_public_br493.pdf>, Acesso em 20 de março de 2010).

certos animais, acrescentando que quando forem desalojados terão que comprar todos os produtos de consumo básico, principalmente os alimentares.

A importância das árvores ultrapassa a necessidade material e também é vista muitas vezes de maneira simbólica. O medo da perda da grande mangueira e de sua representação para a comunidade é salientada em diversas falas: é o lugar da sombra, do encontro, da conversa, onde se come o caranguejo, onde se bebe a cerveja; para muitos, o melhor lugar da Bacia. Todos os entrevistados ressaltam o fato de que no conjunto habitacional não haverá árvores e, mesmo com os gestores do PAC afirmando que irão plantar, afirmam que “terão que ficar trancados nos apartamentos até as árvores crescerem”.

Além das árvores, os moradores temem pela perda do campo de futebol e áreas comuns de circulação. “Eles dizem que o campo vai continuar aí, *né*, eles não vão tirar nem os campos nem as árvores, mas vão derrubar as casas, dragar o rio, vamos ver *né*, pra ver se é isso mesmo que vai acontecer” (Moradora M.H., 11/02/2010).

Claramente, observa-se que as justificativas relacionadas para melhoria da qualidade de vida desse grupo não estão de acordo com os desejos e as necessidades da Comunidade de Itambi. Vários moradores levantam que se deveria, de fato, criar condições e investir para que aquela área constitua-se em uma Vila de Pescadores, já que o local, segundo eles, possui condições naturais favoráveis, atividade comunitária, saberes contextuais ambientais úteis tanto às formas produtivas locais, como para a conservação e manutenção dos mangues da APA de Guapimirim. Além disso, já se constitui em um ponto de referência em relação ao caranguejo e com a construção do Centro Comunitário no local fortaleceria ainda mais suas atividades produtivas, sendo ainda um lugar para a venda de artesanatos, já que parte da comunidade já possui práticas nessa atividade.

Essa perspectiva, portanto, baseando-se em Dematteis (2008, p.44), não é um contraste em relação à “evolução dos conhecimentos científicos”, ou seja, “tal evolução” poderia ser combinada com os conhecimentos contextuais locais. A partir da valorização de produções típicas locais se exigiria uma reprodução inovativa das tecnologias que fossem apropriadas às condições e experiências dos

lugares. Dessa maneira, permitiria tanto a “evolução de tecnologias” como o estabelecimento de gestões democraticamente mais justas e apropriadas nos diferentes lugares.

Segundo o sítio oficial da Prefeitura de Itaboraí, existe um projeto da prefeitura para transformar o manguezal em atração turística. No *site* o secretário Ricardo Guimarães, da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo declara:

Sabemos que essa é uma área de grande potencial ecológico e que infelizmente está esquecido e sem conservação. Nosso objetivo é preparar o mangue para que sejam realizados passeios ecológicos com embarcações. O projeto prevê ainda, a capacitação dos próprios moradores para que possam atuar como guias turísticos do local e assim, aprender outra profissão (Disponível em: <<http://prefeitura-itaborai.blogspot.com/2009/07/projeto-da-prefeitura-pretende.html>>, Acesso em 20 de março de 2010).

Esse projeto reforçaria ainda mais a permanência dessa comunidade nos mangues da APA de Guapimirim. Ressalta-se que não se defende aqui essa política em nome da Comunidade de Itambi, mas coloca-se uma possibilidade de proposta para o debate, já que, como defendido até aqui, os fins da ação ou intervenção proposta, sob um ângulo autonomista, devem advir de um debate lúcido e democrático com a Comunidade de Itambi (SOUZA, 2004, p.178).

Observou-se em outro momento dessa dissertação que o caráter de uma política de desenvolvimento e sustentabilidade é de fato uma questão de escolhas (ACSELRAD, 2009). O projeto do PAC para a Comunidade de Itambi, assim como a instalação do COMPERJ no município de Itaboraí, pela opinião dos mesmos, parecem não considerarem os traços identitários e simbólicos da comunidade (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009) e a importância do saber local (SOUZA, 2000a). Compreenderemos então quais são as alternativas, as estratégias de luta e sobrevivência dessa comunidade para cunhar outras racionalidades.

4.5.

Resistências, alternativas e a busca por outras racionalidades

A luta pela conquista de mais direitos e liberdades da Comunidade de Itambi é constante. A população comunitária afirma que pela Associação dos Moradores conseguiram luz, coleta de lixo na Bacia e outros benefícios, tais como algumas

reivindicações contra a cerâmica existente ao lado da comunidade. Os moradores afirmam que antigamente a cerâmica depositava os restos dos materiais no campo de futebol, alegando que a área que a Comunidade de Itambi habita pertencia à cerâmica. Segundo os próprios moradores, eles encaminharam vários documentos à prefeitura reivindicando essa situação, afirmando ainda que algumas crianças já haviam se ferido e uma gravemente, ficando internada durante três meses. Com isso, conseguiram pela justiça que a cerâmica fosse proibida de depositar qualquer material na área em que hoje a população de caranguejeiros ainda vive.

Depois do derramamento de óleo em 2000⁸⁸, o qual teria afetado os mangues de onde a comunidade tira sua subsistência, a população teria se unido e constituído a Associação de Pescadores de Itambi- Itapesca, para que assim pudessem ter mais força política e para que futuros impactos semelhantes a esse fossem contornados com mais rapidez e intensidade.

Em uma reunião do Conselho Gestor da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara (CONAPAGUAPI), realizada dia 29 de outubro de 2009, com a participação de membros da Associação dos Moradores e da Associação de Pescadores de Itambi, constatou-se que, a partir da reivindicação dessas associações em reuniões anteriores, os membros do conselho estariam entrando em acordo para que os caranguejeiros e pescadores cadastrados da região pudessem realizar suas atividades (cata de caranguejo, siri, pesca...) dentro da ESEC, mesmo que pelo SNUC essa UC seja considerada área de preservação permanente, estando proibida a coleta de componentes dos ecossistemas para quaisquer outros fins que não sejam científicos.

Os gestores do PAC, segundo os moradores entrevistados, teriam informado que a primeira comunidade a se mudar para o conjunto habitacional seria a Bacia. Contudo, os moradores se mostram receosos devido à inconstância das políticas públicas federais. Para eles,

(...) o ônibus da Petrobras vai passar aqui, *aí* eles querem que a gente saia primeiro, *aí* tiram a gente, jogam a gente pra lá, Lula perde (*a eleição de 2010*), *aí* a gente fica lá largado, abandonado, naqueles prédios tudo inacabado, e só a comunidade da gente que sai (Moradora J., 11/02/2010).

⁸⁸ O acidente da Refinaria Duque de Caxias, em janeiro de 2000, com mais de 1 milhão de litros de óleo combustível na Baía de Guanabara (SOARES, 2002).

Os entrevistados reafirmam, mais uma vez, que a Petrobras irá se utilizar daquela área:

(...) o pessoal que *tiveram* aqui, o pessoal da PLANAVE, o pessoal da Petrobras teve aqui, *aí* falou que o pessoal da PLANAVE ia vir pra poder fazer a inscrição, para poder tirar o pessoal, *aí* ia vir de lá da entrada até aqui, essa casa aqui da minha sobrinha, (...) onde eles mediram que o ônibus vai passar, pegaram os documentos do pessoal pra poder receber uma indenização, mas *aí* depois eles já vieram com um outro papo falando que não ia mais passar por aqui que ia passar do lado de lá da linha de trem e ninguém ia receber nada, *aí* agora o pessoal do PAC já veio dizer pra gente que a primeira comunidade que vai sair é da gente, porque é da gente? Por que é a primeira que vai sair? Por que eles têm interesse aqui, *né?* Por isso que eles querem tirar a gente primeiro. Por que não tiram as três comunidades junto? (Moradora J., 11/02/2010).

Sob receio de serem a primeira comunidade a sair, os entrevistados avisam que estão se organizando e que a Presidente da Associação dos Moradores já haveria marcado uma reunião para discutir tal questão. O objetivo deles é criar uma resistência afirmando que só sairão quando as outras duas comunidades (da rua Levi Barroso e da Vila do Campo) saírem. Nesse sentido, os moradores já acordaram que ninguém sairá de lá se a inauguração do conjunto habitacional não for realizada com as três comunidades se mudando ao mesmo tempo e se as condições dos apartamentos não estiverem iguais ao que consta na planta. Observa-se assim que a comunidade tenta estabelecer resistências, entretanto, segundo os mesmos, eles também precisam de ajuda externa, senão certamente, pelo nível de forças envolvidas, ficarão largados à própria sorte.

Observou-se aqui contradições nas interpretações relacionadas às políticas públicas que afetam diretamente a Comunidade de Itambi, o quê inclui a saída dessa população dos mangues para o conjunto populacional, inserida em um projeto do PAC apresentado nesse capítulo. Ao questionar aqui os motivos referentes à mudança dessa população, demonstrando contradições e incertezas nas falas dos gestores envolvidos e da comunidade, não se tem aqui o intuito denunciativo, e sim de questionar a transparência nesse processo.

Evidencia-se a falta de clareza da Comunidade de Itambi em relação à sua mudança, dos motivos, dos *meios* e dos *fins*, assim como dos trâmites legais dessa política. Da mesma forma, evidencia a falta da participação da comunidade em

processos decisórios relevantes que interferem diretamente a vida desses indivíduos.

Ainda nos depoimentos obtidos na Comunidade de Itambi, pode-se perceber uma busca pela afirmação de suas diferenças, uma luta pela identidade territorial, o que inclui a reivindicação pelo próprio território de vida em sua dimensão material. Percebe-se também que a busca pela valorização de referenciais simbólicos através da afirmação de certas diferenças é a luta pela própria sobrevivência e o medo dessa comunidade “desaparecer” (HAESBAERT, 2007a).

A partir de Souza (2000a), compreende-se assim que os agentes sociais envolvidos nas políticas de intervenção/ação do território da Comunidade de Itambi, não consideram verdadeiramente a percepção e vivência da população envolvida. Eles se utilizam de injeções políticas de “cima para baixo” com a preocupação de atingir metas e objetivos impositivos e pretensamente racionais, sendo impermeável a participação da comunidade ou reduzindo esta à pseudoparticipação (apaziguamento, consulta e informação).

Identificam-se também algumas estratégias como ofertas de emprego que podem atuar como medidas para desestabilizar e enfraquecer a ação política do coletivo no que parece o principal objetivo da Comunidade de Itambi nesse momento histórico, a permanência em seu território de vida, afetividade e sobrevivência. Acredita-se, contudo, que a célula possível de pressão que se verifica atualmente na comunidade possa ser fortalecida, frente às outras conquistas políticas da comunidade pelas suas Associações de Moradores e Pescadores. A comunidade parece, nesse momento, estar debatendo e se organizando politicamente na busca de mecanismos para a defesa de seus direitos legítimos, a começar pelo direito de manterem sua identidade (SOUZA, 2004, p.390).

A partir de Souza (2004), baseado em Habermas (1981; 1990), defende-se a importância de um agir comunicativo, expandido o diálogo e “que o autoritarismo, o qual costuma se aninhar mesmo nas relações entre companheiros de causa e luta, seja coerentemente combatido e substituído por debates livres e confrontos abertos de posições e argumentos” (p.337). Sem subestimar a profundidade das contradições e o potencial dos conflitos, acredita-se que se deva

ter um compromisso prioritário com a não-violência e o diálogo como meios de resolução de conflitos (p.390-391).

A comunidade, nesse momento, deve criar estratégias a partir do confronto racional de argumentos, demonstrando outras possibilidades de políticas públicas que considerem e valorizem as potencialidades locais, tais como políticas que visem à manutenção da qualidade de vida da Baía de Guanabara, assim como a dos mangues da APA de Guapimirim, que fortaleçam as atividades produtivas locais (a cata de caranguejo, de siri, a pesca), e até que desenvolvam o ecoturismo, o que já se constitui em um projeto da Prefeitura de Itaboraí e a principal possibilidade apontada pela Cooperativa de Manguezal Fluminense⁸⁹ (HERRERA, FERREIRA e RODRIGUES, 2009). Dessa maneira, os moradores poderiam buscar alianças em outras esferas de poder e organizações em rede com outras comunidades de Itambi e do Brasil que passam por processos semelhantes fortalecendo a luta por uma margem de manobra institucional que permita a sua manutenção nos mangues e a constituição da área da Bacia em uma Vila de Pescadores.

Políticas legítimas e dignas, além de reproduzirem o capital territorial local, não destroem o capital local de outros sistemas ligados por interações materiais e imateriais (DEMATTEIS, 2008, p.43). E pelo *espírito de respeito às diferenças legítimas* pode, ademais, “servir para questionar a legitimidade das próprias regras do jogo econômicas e políticas da sociedade atual” (SOUZA, 2004, p.390).

Acredita-se, nesta pesquisa, que um dos papéis da Academia seja a busca por mudanças práticas na realidade. Em outras palavras, compreender outras racionalidades a partir dos diferentes sujeitos, para que as mudanças se concretizem quando os sujeitos forem mais participativos dos projetos de desenvolvimento que os incluem.

Socializar o conhecimento sobre os problemas evidenciando outras racionalidades, como nos alerta Souza (2000a), é essencial para incentivar mais

⁸⁹ A formação da Cooperativa Manguezal Fluminense pautou-se em três fases: mobilização comunitária, cursos de capacitação profissional e discussão sobre o modelo de organização. O projeto foi desenvolvido entre março de 2006 e maio de 2009, com recursos do Programa PDA Mata Atlântica, do Ministério do Meio Ambiente. Foi executado pela OSCIP INNATUS (Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável), em parceria com a APA Guapimirim (HERRERA, FERREIRA e RODRIGUES, 2009).

peças a se integrarem nos debates e processos decisórios como para prestar contas aos atores já envolvidos, sobre os trâmites legais, as modificações e implementações de propostas. O incentivo à mobilização e participação da população deve ser compartilhado entre as organizações civis da sociedade e o Estado. Devemos buscar mais dados sobre as realidades locais, e as estratégias e os planos devem estar disponíveis a uma população letrada, porém de baixa escolaridade ou elementar. Ou seja, todas as propostas de intervenção/ação no território devem ser totalmente claras aos principais envolvidos, o “requisito da transparência é condição *sine qua non* para decisões com conhecimento de causa e o exercício da autonomia”, sem a sonegação “de informações-chaves, seja quanto aos fins, seja quanto aos meios” (p.96).

Ao mostrar a realidade da Comunidade de Itambi procura-se evidenciar aqui a identidade territorial como possibilidade de transformação social, fortalecendo lutas que não necessariamente buscam certos “ideais comuns”.

Retomando Castro (2005), afirma-se a necessidade da inversão de certos valores e a soma de outros no debate sobre município. Dessa maneira, ao serem mostradas as políticas públicas implementadas no Município de Itaboraí que afetam diretamente a Comunidade de Itambi, percebe-se que a importância dessa inversão está em:

Perceber (1) que as diferenças vão muito além do problema tamanho da população ou riqueza, mas encontram-se profundamente inscritas nos territórios das sociedades locais; (2) que a isonomia da lei obscurece diferenças entre o que é ser pequeno ou pobre nas regiões Norte e Nordeste ou no centro-sul do país; (3) o que significa ser exatamente eficiente e onde; (4) que a produção de injustiças começa nessa escala (CASTRO, 2005,p.137).

Dessa maneira, a escala local é a escala privilegiada para experimentos político-pedagógicos, para a formação de uma consciência de direitos e para a prática da participação política (SOUZA, 2000a), e assim acredita-se que as potencialidades específicas locais deveriam ser potencializadas com a participação dos sujeitos nos processos decisórios nos projetos de desenvolvimento do território em que esses estão inseridos. Procura-se assim fortalecer a luta dessa e de outras populações do Brasil por mais direitos e liberdades. Esse trabalho tenta contribuir dessa forma com a luta pela efetiva justiça social, para a diminuição das desigualdades e para o reconhecimento da diversidade territorial.